

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

NEVES, Doris Luise de Castro . Doris Luise de Castro Neves (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 11min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Doris Luise de Castro Neves
(depoimento, 2007)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Maria de Castro Gomes; Elina da Fonte Pessanha;

Levantamento de dados: Angela Maria de Castro Gomes; Elina da Fonte Pessanha;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Angela Maria de Castro Gomes; Elina da Fonte Pessanha;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 14/05/2007

Duração: 2h 11min

Minidisc: 2;

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "História do direito e da Justiça do Trabalho", parte integrante do projeto "Direitos e cidadania", desenvolvido pelo CPDOC com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), no período de 2004 a 2006.

Temas: Alemanha; Associações profissionais; Atividade profissional; Carreira jurídica; Comissão parlamentar de inquérito; Direito; Direito trabalhista; Família; Formação acadêmica; Formação de professor; Formação escolar; Instituições jurídicas; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); Justiça do trabalho; Magistério; Militância política; Poder judiciário; Pontifícia Universidade Católica; Tribunal Regional do Trabalho;

Sumário

Entrevista: 14/05/2007

Arquivo 1: Origens familiares; a ascendência alemã na família; a trajetória de seus pais na Alemanha e a vinda ao Brasil; o comércio da família paterna; a adaptação à mudança pela família; a moradia no bairro de Santa Teresa, Rio de Janeiro; a intelectualidade de sua mãe; a formação escolar; a experiência no curso normal; a graduação em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica (PUC); a experiência como professora de curso primário; os motivos para ingressar no curso de Direito; o clima político durante a graduação; o conteúdo do curso de Direito; a trajetória na graduação; o desejo de trabalhar na área trabalhista do Direito; o estágio no Tribunal Superior do Trabalho (TST); os contatos com Carlos Mendes Pimentel e Délio Maranhão; o curso preparatório para o concurso de juiz; o salário como professora de curso primário; a aprovação no concurso para juiz do trabalho; as primeiras experiências profissionais como juíza do trabalho; as primeiras audiências enquanto juíza; o trabalho no Tribunal do Rio de Janeiro; a expansão de varas no Estado do Rio de Janeiro.

Arquivo 2: O cargo no Tribunal Regional do Trabalho; a participação na Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário; a relação com os colegas do Judiciário durante o inquérito; o trabalho na 1ª e na 2ª instância; o caso dos trabalhadores rurais na Companhia Nacional de Alcális; o discurso de posse da entrevistada; a experiência do associativismo; o cargo de vice-presidente da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) na gestão Galotti; a relação do associativismo com o Tribunal; as reuniões dos magistrados com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); o maior contato com os magistrados através do associativismo; a mudança do perfil de juízes ao longo do tempo; reflexões sobre os direitos trabalhistas; as atividades profissionais da entrevistada.

Entrevista: 14.05.2007

Ângela de Castro Gomes – Hoje é dia 14 de maio de 2007, e nós estamos no Rio de Janeiro, mais precisamente na Praia de Botafogo nº. 48, para entrevistar a Dra. Doris para o projeto História do Direito e da Justiça do Trabalho. Eu, Ângela de Castro Gomes, e Elina da Fonte Pessanha. Então, a gente quer começar esclarecendo que, como tanto eu quanto Elina conhecemos a Dra. Doris há algum tempo, nós vamos usar de uma informalidade na entrevista, chamando a doutora de “Doris” e de “você”, certamente devido a esse conhecimento anterior.

Doris Neves – [Outro tanto farei] **[inaudível]** chamando-a de “Ângela” e “Elina”, sem as “professoras” e “doutoras”.

A.G. – Está certo.

Elina Pessanha – Ótimo! [riso]

A.G. – Então a gente quer começar agradecendo muito a você estar nos concedendo essa entrevista. E como a gente faz sempre, a gente pediria a você que nos dissesse, para registro, o seu nome completo, data e local de nascimento.

D.N. – Doris Luise de Castro Neves, nascida no Rio de Janeiro, no dia 29 de março de 1939. O ano em que começou a guerra.

A.G. – O ano em que começou a guerra. É verdade. Doris, qual era o nome do seu pai?

D.N. – Bom, meu pai e minha mãe eram alemães, ambos. O que me deu uma educação europeia, liberal. Mais liberal do que todos os meus amigos de origem brasileira, mais vinculada a preocupações culturais e mais preocupada com o saber que ia desde a erudição até a cultura. Mas, enfim, eu tive uma educação muito preocupada com essas coisas. Por exemplo, nós íamos a todos os concertos. Nós éramos levados, meu irmão e eu, a todos os concertos; e a educação era espartana: meu pai e minha mãe iam na plateia e meu irmão e eu

íamos de galeria, porque não estava lá para levar crianças, pré-adolescentes, gastar dinheiro com plateia porque nós bem podíamos ouvir a música na galeria. Então, nós fomos educados assim: responsabilidade, compromisso com o estudo, compromisso com pontualidade, umas coisas assim. Nós fomos bem-educados, em um bom português.

A.G. – Estou vendo que sim.

D.N. – Até com um certo exagero em algumas coisas. Mas, enfim, falávamos alemão em casa, meus pais falavam alemão com o meu irmão e comigo, normalmente nós respondíamos em português e aí vinha o “[inaudível]”, tinha que falar alemão para aprender alemão. Mas meu pai morreu em 1973, minha mãe em 1982, desde então o alemão vai se esvaindo, eu pouco vou...

E.P. – Usa...

D.N. – Não, a pronúncia fica. E fica muito um conhecimento de um alemão coloquial. Para o alemão mais erudito, esse se foi mesmo.

A.C. – Mas de qualquer forma uma socialização com línguas, com culturas...

D.N. – Isso é verdade.

A.C. – Mas vou voltar à pergunta: o nome do seu pai.

D.N. – [Inaudível]

A.C. – Opa! Isso depois nós vamos ter que escrever. [risos] Mas fica o registro da pronúncia!

D.N. – É...

A.C. – E de sua mãe?

D.N. – [Inaudível]

A.C. – Opa! Não é fácil...

D.N. – E aí tem particularidades interessantes: meu pai era de ascendência judaica e a família da minha mãe era militante do Partido Nazista. Então era um casamento muito curioso. Meu pai... Não tem muito sentido gravar isso, depois eu conto a história de como eles se conheceram, porque é uma história muito bonitinha...

A.C. – Mas é interessante sim, e eu queria saber de que região da Alemanha eram.

D.N. – Meu pai era de Hamburgo, da burguesia comercial de Hamburgo, então era uma família...

A.C. – De posses...

D.N. – Bastante rica, de posses. E minha mãe era filha de um médico de aldeia, algo assim como o INSS, uma coisa do Estado. E a família do meu pai era uma família rica, mas todos cristãos-novos já. Meu pai, embora de ascendência judaica, era batizado, protestante, o que não se esperava de um burguês comerciante que fosse judeu. Se esperava, na grande maioria... Houve nessa época na Alemanha já, meu pai nasceu em 1905. Outro dia eu estava vendo a certidão de batismo dele, porque eu gosto de guardar essas papeladas, é de 1910. Portanto, muito antes de uma possível fuga, de uma perseguição hitlerista, mas porque era de bom tom ser protestante, era assim. E a família da minha mãe, um monte de irmãos, médicos de aldeia, mais pobres. Mas, durante a Primeira Guerra, a família rica do meu pai teve problemas de comida, enquanto que a família da minha mãe, como meu avô era médico de aldeia, recebia lá os ovinhos, as verduras, as frutas.

A.C. – Porque tratava das pessoas...

D.N. – Porque tratava das pessoas.

A.C. – Havia aquele sistema.

D.N. – E a minha mãe... Meu pai veio para o Brasil porque meu avô tinha negócios aqui no Brasil. E minha mãe fazia Medicina, interrompeu o curso e veio para cá, porque uma irmã ficou com paralisia infantil e ela veio para ajudar. A família decidiu que ela, como estudante de Medicina, era a mais indicada. Então veio ao Brasil e se conheceram. Meu pai foi buscar a minha mãe no cais, porque ele era amigo do cunhado da irmã da minha mãe. E ele quando viu a loiraça, que ele só descobriu que tinha cabelo pintado quando já estava casado... [Risos] Quando ele viu a loiraça ficou enlouquecidamente apaixonado. E aí ela foi para Santos, onde morava a irmã e o cunhado, e ele morava no Rio. Ele escrevia para ela todo dia, telefonava uma vez por semana, e ia vê-la de quinze em quinze dias....

A.C. – Meu Deus!

E.P. – Uma paixão.

A.C. – Uma paixão.

D.N. – E se casaram logo também. Era bastante bonitinho [inaudível].

A.C. – Agora vou voltar em uns pontinhos, para ficar claro. Bom, pelo que eu entendi então, o seu pai já estava no Brasil evidentemente quando sua mãe veio.

D.N. – Estava já no Brasil.

A.C. – Ele veio quando?

D.N. – Ele veio com uns 18 anos. Porque assim...

A.C. – Ah, então ele era de 1905, então ele veio nos anos 20. Vinte e três.

D.N. – Vinte e três, por aí. Porque, na Alemanha você faz o que eles chamam de [inaudível],

que é um vestibular e aí você se inscreve nas faculdades, como é nos Estados Unidos também, na Europa.

A.C. – Sei.

D.N. – De um modo geral é assim. Você faz um exame de qualificação, e aí você pode se inscrever em qualquer faculdade. Mas como meu avô tinha os negócios dele aqui e estava com problemas, meu pai veio e ele não fez faculdade. E a minha mãe não terminou o curso da faculdade. Minha mãe veio, fazia Medicina, mas também não terminou.

A.C. – Os negócios do seu avô aqui eram comerciais.

D.N. – Comerciais. Louças, cristais, porcelanas, pratarias.

A.C. – Uma firma de importação e exportação.

D.N. – Era uma firma de importação, basicamente. Porque na época não havia fábrica de nada disso.

A.C. – De nada disso aqui, então o seu pai veio e ficou no Rio...

D.N. – E ficou no Rio...

A.C. – Que para isso era o maior porto, não é.

D.N. – Com certeza era o local para os negócios.

A.C. – E havia pessoas também da família da sua mãe que já estavam aqui também.

D.N. – Já tinham vindo para o Brasil.

A.C. – Que já tinham vindo para o Brasil.

D.N. – A irmã dela, o marido da irmã trabalhava [com] Caixas Registradoras Nacional, morava em Santos e já tinha vindo antes para o Brasil.

A.C. – Então ambos se conheceram, se casam rapidamente, e você nos falou que tem um irmão.

D.N. – Tenho um irmão mais velho. Mora aqui comigo, separou da minha cunhada, veio morar aqui na minha casa. É um irmão mais velho e no que separou veio para cá. Já tem uns quatro anos está morando aqui comigo.

A.C. – Como é o nome dele?

D.N. – Cláudio.

A.C. - Cláudio. Os nomes dos seus pais são tão difíceis de a gente falar, que eu vou continuar falando “mãe” e “pai”, não vou arriscar de jeito nenhum. [risos]

D.N. – Acho uma boa providência!

A.C. – Eu fico pensando que...

D.N. – Olha, meu pai era [inaudível], mas na verdade Ernesto abrigado...

A.C. – Ernesto...

D.N. – ... e minha mãe, que tinha um nome complicado, era [Touch]. Então Ernesto e [Touch], se você quiser saber, era assim que eles eram conhecidos.

A.C. – Ernesto e [Touch]. Eu fico pensando, que o fato de todos dois terem iniciado cursos universitários, não terem terminado, em função de razões da família, isso certamente eu imagino que tenha tido também um peso para a preocupação deles com os filhos.

D.N. – Enorme, enorme. Para você ter uma ideia, a minha mãe.... Para o meu pai isso não era um peso grande porque ele trabalhava, então ele tinha as atividades dele. Para a minha mãe, que fazia Medicina, veio para cá, casou, meu irmão nasceu um ano depois, ela não tinha domínio da língua portuguesa, não tinha como voltar para a universidade, era uma frustração grande. Meu pai era um sujeito com alegria de viver, gostava de viajar, de comer bem, era divertido, tinha senso de humor. Minha mãe era uma intelectual. Então para ela foi muito pesado isso.

A.C. – Foi duro, não é?

D.N. – O que implicou no seguinte: sempre que meu pai dizia “Doris, vai ajudar sua mãe!” “Vai fazer isso...”, minha mãe dizia “Não, Doris, vai estudar.”. O que fez com que eu saiba fazer água quente no micro-ondas. Entende? [risos] Mais nada!

A.C. – Mais nada. Doris, onde vocês moravam?

D.N. – Nós morávamos... Quer dizer, eu nasci garota de Ipanema mesmo. Esquina de Vinicius, à época, com Prudente de Moraes, mas não cheguei a vivenciar isso. Em segundos nos mudamos para Santa Teresa, e morávamos em uma casa muito grande, era interessante, na Almirante Alexandrino, aquela vista para a Zona Norte, dali você tem vista para a Zona Norte. Era uma casa daquele jeito das casas de Santa Teresa assim, então...

A.C. – Vários andares, não é?

D.N. – A casa, os quartos de empregada, o tanque. Enfim, era uma casa interessante. Moramos em Santa Teresa muito tempo. Para ter um *background* de família correto, quando eu tinha uns 17 anos, por aí, a firma do meu pai trabalhava com importação, nada de exportação. E aí é um tempo que veio uma proibição de importação. E meu pai ainda tinha um segmento dos negócios que era de louça, porcelana e tal, mas aí ele era atacadista e isso também acabou... e meu pai também não era também uma pessoa chegada ao trabalho. Não que ele fosse preguiçoso, mas [inaudível] não era chegado a isso. Enfim, meu pai foi à

falência. Ao que eu sei, é o único caso de um falido que não ficou rico. [risos] De verdade, nós perdemos apartamento, todas as coisas. Aí nós mudamos da casa, casarão grandão que nós perdemos, mudamos para um apartamento alugado em Santa Teresa também. Depois, daí em diante, sempre alugado, para Laranjeiras, General Glicério, onde eu casei. Eu já não morava mais com meus pais.

A.C. – Sua mãe, em função dessas dificuldades, a principal com a língua, ela ficava em casa.

D.N. – Ela ficava em casa. Meu pai tinha uma coisa boa. Ele era muito tolerante com o projeto intelectual da minha mãe. Então minha mãe era uma pessoa assim... Meu pai tinha muitos amigos, minha mãe cuidava dos filhos e da casa, não tinha amigos. Então ela lia muito. Minha mãe me apresentou a [inaudível], me apresentou a Lévi-Strauss, me apresentou a Martin [inaudível], e meu pai mandava vir os livros que ela queria. Quando não tinham no Brasil fazia essa gracinha para ela de vir os livros. Mas ela não há de ter tido uma vida muito alegre. Quer dizer, ela tinha grandes alegrias com os filhos, com as amigas dos filhos. Minha mãe tinha muito jeito com plantas, e minhas amigas quando tinham problemas com as plantinhas, ela fazia o hospital. Ela cozinhava super bem, fazia biscoitinho, bolo para todo mundo. Enfim, ela tinha essas alegrias, mas do mundo intelectual, de troca assim, estranho, não tinha. Isso acho que contribuiu muito para ela ser generosa com meu irmão e comigo para a gente poder ler o que quisesse, ter tempo...

A.C. – Ela foi a referência intelectual?

D.N. – Ah, sim. Com certeza. Ela [foi] a referência intelectual.

A.C. – E, portanto, havia uma biblioteca na sua casa....

D.N. – Havia uma biblioteca na minha casa...

A.C. – De literatura, pelo menos, muito rica.

D.N. – De literatura....

A.C. – Mas não só [inaudível] e Lévi-Strauss.

D.N. – Não, mas aí ... Literatura não, as coisas de pensamento. Mas eles liam muito, meus pais liam muito. Liam muito em alemão, liam muito em inglês, liam pouquíssimo em português. Então, com o tempo você tem atribuições, acaba que você, não sei. Eu me lembro de ter lido em inglês *O velho e o mar*, porque na verdade a gente não tinha tempo. A gente tinha tantas ocupações, embora a gente fizesse cursos variados, o tempo era escasso, você estudava. Depois meu irmão... Meu pai tinha o projeto de nos colocar nas melhores escolas. A melhor escola...

A.C. – Onde você estudou?

D.N. – Meu irmão foi para o Santo Inácio, e eu fui para o Instituto de Educação. Era uma diferença enorme, o colégio Santo Inácio era um colégio de elite, o Instituto de Educação era uma escola com um projeto democrático grande.

A.C. – Mas uma escola que na época era de excelência.

D.N. – Era referência. Você sabe, eu me lembro quando eu fiz exame para o Instituto de Educação, nós tínhamos só 200 vagas. Depois fizeram outras escolas normais, mas só havia o Instituto de Educação e Carmela Dutra. Então as duas primeiras vagas eram do Instituto de Educação, as segundas 200 vagas eram para o Carmela Dutra e não tinha outras. E aí a alternativa era ficar entre as 200 primeiras vagas. Eram 5000, 6000 candidatas para isso. Você tinha que passar naquele...

A.C. – Naquele exame.

D.N. – Naquele exame para o Instituto de Educação, porque Carmela Dutra ficava no subúrbio, em algum lugar. Então tinha que estudar muito.

A.C. – Então você estudou no Instituto...

D.N. – No Instituto de Educação.

A.C. – E você entrou... Você disse que fez exame de admissão.

D.N. – Fiz admissão. Fiz Instituto Guanabara.

E.P. – Antes disso você estudou mais então.

D.N. – É, Instituto Guanabara. Um ano de Instituto Guanabara e Instituto de Educação.

A.C. – E depois o restante todo no Instituto.

D.N. – Instituto de Educação, curso Normal.

A.C. – E você fez Escola Normal.

D.N. – Fiz Escola Normal e trabalhei primeiro em Parada de Lucas, onde fiquei até poder vir para... sabe aquele negócio que vai marcando ponto? Sabe como é que é que é o sistema de...

A.C. – Sei, tem um sistema de progressão, vamos dizer.

D.N. – Exatamente, você vai marcando pontos, e aí se você tem pontos, você requer sua remoção. Parada de Lucas era uma escola na beira da Avenida Brasil, não pegava trem, então eu preferi ficar por lá. E é a escola onde... Era uma escola muito boa porque lá trabalham a Baby, Eli Diniz, Rosisca, eu não consigo me lembrar agora, mas era uma escola...

E.P. – Que turma boa...

A.C. – É, já é um elenco suficiente.

D.N. – Suficiente. Mas, vai longe. Minha cunhada Regiane, ex-mulher do meu irmão, que

era funcionária da Fundação Getulio Vargas, hoje aposentada, faz tradução, era outra cabeça, era ótimo! O grupo de professoras da escola dava para formar uma base boa. Base no sentido antigo da palavra.

A.C. – Sei... [riso]

D.N. – Então realmente era a fina flor.

A.C. – Você gostou do seu curso normal Doris? Como estudante você...

D.N. – Gostei muito do meu curso Normal, gostei muito do curso Normal. Gostei muito de ser professora do estado, de ser professora. Aliás a raiva é que nós éramos professoras de curso primário, e o Lacerda mudou o nosso nome para professoras primárias, e eu dizia “Eu nunca fui primária em coisa nenhuma. Não sou primária. Sou uma professora de curso primário.”. Mas enfim, era muito bom. E o ambiente na escola... Porque eu antes de fazer Direito eu fiz Ciências Sociais na PUC.

A.C. – Quando você começou a fazer Ciências Sociais na PUC?

D.N. – Eu terminei o Instituto de Educação em 1958, em 1959. Aí não terminei o ano, porque vi que aquilo não era o que eu queria. A perspectiva de trabalho em Ciências Sociais era uma perspectiva muito... eu queria algo mais concreto, mais de inserção na realidade, não me servia. E aí eu fiquei parada um tempo, em 1962 eu fiz vestibular.

A.C. – Para Direito.

D.N. – Para Direito. Fui para, ainda o Catete, que era UEG na ocasião. E depois, hoje, Uerj, no Maracanã. Mas eu gostei muito de ser professora primária, de curso primário. Trabalhei em Parada de Lucas não sei quanto tempo, comecei a trabalhar em março de 1959, e não sei em que ano eu fui transferida para o Largo do Machado. Onde hoje é o primário do Santa Úrsula, ali era uma coisa que o Lacerda também tinha inventado, que era a classe em cooperação. Ali era uma escola de freiras, era um internato que recebia meninas, só

meninas, filhas de detentos, presos. Crianças... Tinha que ser de alguma forma excluída para ir para lá, não era só detentos, presos não. Mas havia famílias com dificuldade.

A.C. – Tinham famílias que tinham dificuldade.

D.N. – E o Lacerda transformou aquilo no que ele chamava de classe em cooperação. Havia na Romão Duarte, eles davam o espaço às crianças locais, e a escola aceita as crianças da vizinhança.

A.C. – E o governo dava os professores.

D.N. – Dava os professores. O que foi uma bela providência, porque reduzia um pouco a exclusão daquelas crianças. Porque elas viviam lá meio reclusas, isso realmente foi uma coisa muito boa. Era complicado, porque era uma escola de muita disparidade entre um grupo e outro de crianças, e era animadora a possibilidade de você integrar de alguma forma. As meninas, as internas, usavam um outro tipo de uniforme e nós conseguimos fazer com que elas usassem o mesmo uniforme, para não fazer essa distinção. Era bom. As meninas apanhavam porque faziam xixi na cama, e era segredo. Elas saíam da sala, iam lá, apanhavam. Apanhavam aqui para não deixar a marca.

A.C. – A Doris fez sinal que elas apanhavam na coxa.

D.N. – [riso] Para que a saia cobrisse e não deixasse marca da...

A.C. – Da pancada.

D.N. – Da pancada. Mas enfim, foi uma experiência muito rica a minha experiência de escola primária. Eu gostava muito. E dar aula era muito bom. Eu comecei dando aula para o que eles chamavam de alunos especiais, [inaudível] eram alunos que tinham mais dificuldade de aprendizagem, era uma boa coisa. Eu gostei muito da minha experiência na escola...

A.C. – Como professora.

D.N. – Como professora primária. A Parada de Lucas, aquela favela de Parada de Lucas, era dito à época, que era o subúrbio mais pobre da Leopoldina. Então as crianças eram muito pobres mesmo, era uma coisa... enfim, foi uma experiência boa. As reuniões com os pais, quando vinham, várias histórias de encontros com os pais, muito boas para a formação de uma pessoa.

A.C. – É. Eu acho que essa experiência do professor de curso primário é muito marcante, pelo menos para um determinado tempo, em que essa experiência se realizou menos violenta do que a gente vive hoje. Porque a possibilidade disso que você falou, de sentir que é possível fazer alguma coisa com as crianças, minimizar pelo menos certas situações, e efetivamente ensinar, fazer com que as crianças aprendessem a ler e a escrever.

D.N. – Você sabe que aconteceu uma coisa ótima. Quando veio ser instalada aquela estante lá daquela saleta, dos livros, o rapaz da loja de móveis que veio fazer a instalação, ele disse: “A senhora lembra de mim?” Dá até vontade de chorar porque a experiência é muito forte [emoção]. Ele foi meu aluno, e ele era aluno de uma turma dessas, especiais. Porque ele tinha tido um insucesso em uma turma, não era maduro ainda. E era evidente que ele de especial não tinha nada, ele tinha uma aprendizagem rápida. E a turma de alunos especiais era meio um estigma, e eu fiz com que ele saísse da turma especial e fosse para outra turma. A mãe dele veio aqui em casa, ele fazendo a instalação, para me agradecer.

A.C. – Olha, que coisa maravilhosa! Um espetáculo! Isso é um espetáculo!

E.P. – Doris, você continua no magistério mesmo depois de entrar para a faculdade de Direito?

D.N. – Ah, sim. Com certeza. Eu saí do magistério quando passei para o Tribunal.

A.C. – Então você ficou bastante tempo.

D.N. – Muito tempo.

A.C. – Você entra em 1959...

D.N. – Eu tomei posse em janeiro de 1969. Meu último dia no estado foi véspera do meu primeiro dia no Tribunal.

A.C. – Você ficou dez anos, mais ou menos, de 1959 a 1969.

D.N. – Isso, isso mesmo.

A.C. – Praticamente dez anos. Praticamente o mesmo tempo que eu também fui professora de curso primário. Agora vou aprender isso.

E.P. - Você fala na vontade de intervir, que levou você para o Direito. Mas, além disso, houve alguma outra referência? Alguém próximo, alguém que você admirasse, que de alguma forma tivesse te encaminhado mais para isso?

D.N. – Bom, aí vamos lá. Na faculdade... Logo no começo da faculdade, e eu fui fazer Direito já com uma cabeça feita, digamos, ideologicamente arrumada, qual era o lado do mundo que eu ia me aproximar mais, então eu tive uma militância grande na faculdade desde o primeiro ano. A militância na faculdade... Outro dia eu estava falando isso “Quanto você deve à militância de movimento estudantil?”. Algo em torno dos 90% do que você é. É lógico que você vai dizer assim “Não, mas essa conta não vale porque tem a tua de família”. Mas eu digo a possibilidade de você se colocar, de você saber se expressar, de você saber se portar diante de autoridades, porque lógico, a militância te coloca muito em contato com a direção da faculdade. Você aprende a conversar com a direção da faculdade educadamente, mas firmemente. Isso faz uma diferença para o resto dos seus dias.

A.C. – Exato.

D.N. – A possibilidade de refletir sobre as tuas opções segundo a segundo, eu estava na faculdade em 1964. Então as coisas fortes que aconteceram. Eu estava na faculdade quando a

Revolução Cubana prevaleceu. Quer dizer, coisas comemoradas. Eram coisas muito fortes.

A.C. – Foi um tempo politicamente decisivo.

D.N. – Muito intenso, muito intenso. Eu fazia... A faculdade do Catete ficava ali na Rua do Catete, e a UNE ali era descer a... como é que chama aquela rua?

A.C. – Chegava logo na Praia do Flamengo.

D.N. – Chegava na Praia do Flamengo, UNE. Eu fazia assessoria de UNE. Eu não lembro, vinculada a uma vice-presidência primeiro, depois vinculada à outra. Essas coisas faziam uma diferença enorme. Naquele tempo, nas chapas de diretório você elegia presidente, vice-presidente, secretário-geral, tesoureiro, representação junto à UME – União Metropolitana dos Estudantes – e junto à UNE – União Nacional dos Estudantes. Os representantes externos da faculdade... Quando eu comecei a namorar meu ex-marido, eu estava no segundo ano e ele estava no quinto. Os representantes externos éramos ele e eu, cada um egresso de uma das agremiações que congregavam estudantes à época. Então, nós éramos a frente única da faculdade, era muito conveniente em matéria de acertar... [risos]

A.C. – De fato era uma frente única!

D.N. – Aquilo sim era uma frente única! Então, ser representante externo, participar das reuniões de UME, participar dos congressos de UNE, faziam uma diferença enorme na vida de uma pessoa. Lógico, as reuniões acabaram em 1964, [riso] ou ficaram mais complexas de serem realizadas. Elas ficaram mais complexas ainda com o AI-5, em 1968, mas aí eu já não estava na faculdade.

A.C. – Você saiu em 1966 então.

D.N. – Eu saí em 1966, me formei em 1966.

A.C. – Mas você pega o fim do governo Jango e você pega a *gloriosa* Revolução de 1964.

D.N. – Exatamente. A gloriosa, que nos livrou para sempre do fogo do inferno. [Ironia]

A.C. – Como é que foi esse impacto na faculdade? Eu queria que você falasse um pouquinho desse clima político. Você já falou da militância, mas...

D.N. – Olha, o clima político no dia, eu não me lembro, 2 de abril certamente não, 3, 4, 5 de abril – qualquer coisa assim. Primeiro dia que eu cheguei na faculdade, depois do primeiro de abril, estava na porta o professor Arnold Waldi, que recebia os alunos que chegavam com [alviceras] “Que bom!”. E ele é vivo, e eu não gostaria dessa referência assim, só estou contando *en passant*, acho que não deve... Mas olha, era assim desafiador, sabe?

A.C. – Sei.

D.N. – Porque eu não sei se ele sabia quem tinha militância de diretório, ele não foi meu professor, se ele não sabia. Mas o fato é que ele saudava as pessoas “Oh, que bom! A pátria amada idolatrada salve, salve! Está livre para sempre do fogo do inferno.” Foi uma coisa assim, um grande choque, não é. Da faculdade, nós tínhamos uma colega de turma, Tânia Melo Bastos, cujo pai era um dos dirigentes do CGT. E ela era minha colega de turma, a gente estudava muito na casa dela ou na minha casa, e eu conhecia bem o pai dela, e o pai dela teve que ficar foragido. Aquilo para nós, da turma, era um impacto de valor. Os professores...

A.C. – Você sentiu mudanças nas aulas, na postura?

D.N. – Não me lembro disso... não me lembro de mudanças dos professores. Eu estava no terceiro ano. Não me lembro, não me lembro. Fora essa recepção do Arnold Waldi na porta da faculdade, não tenho lembrança disso.

E.P. – Havia muitos professores naquela época, que você acha com posições políticas mais próximas de vocês?

D.N. – Não, não. Nós não tínhamos... Nós tínhamos Roberto Lira, que era um romântico de esquerda, que era marcante a presença dele. Dos outros, com manifestações políticas que pudessem ter um ar de caráter ideológico, não me lembro. Não tenho nenhuma lembrança de professor que tivesse uma manifestação nesse sentido.

A.C. – Do ponto de vista do conteúdo, você achou que o curso foi satisfatório? Algum professor foi mais importante?

D.N. – Nós tivemos... Na faculdade de Direito o orador de turma é algo muito importante. Nas outras faculdades, quem se candidata a orador pode ficar e tal. Na faculdade de Direito tem concurso para orador de turma, e muitos inscritos. E nós tivemos um dos candidatos a orador de turma, fez um discurso maravilhoso que era assim: “Não vou falar das belas lições de Direito, porque não as tive. Não vou falar dos professores interessados na matéria, porque não houve. Não vou falar das lições...” [risos] Olha, era um arraso o discurso dele! E a turma lógico que ia votar nele. E aí o desembargador Oscar Tenório, que era o diretor da faculdade, foi lá na turma e disse assim: “Se ele for eleito, não tem colação de grau.” [risos] A universidade era do estado, a seção do Municipal, e era sempre no Municipal, dependia da ingerência da universidade, e aí este belo discurso perdeu-se para sempre. E o que houve foi uma manifestação de rebeldia de alguns, inclusive eu, que não fomos à colação de grau para colar grau com o pessoal da segunda época, na secretaria da faculdade. E nós esperávamos uma grande adesão, não foi ninguém. [riso] Acho que nós fomos uns dez, nem tanto. Menos gatos pingados, somados com o pessoal da segunda época. Éramos muitos poucos e colamos grau na secretaria depois.

A.C. – E o resto do pessoal foi para o Municipal mesmo?

D.N. – Foi para o Municipal.

E.P. – Para o Municipal, ouvir um discurso mais comportado. [riso]

D.N. – O orador de turma escolhido, que Deus o tenha em muito bom lugar, era um padre do São Vicente de Paulo, que depois até pediu dispensa de ordem. Morreu recentemente. Eu só

sei que o nosso discurso começava com “Claro, clarinho, clarão...” [risos]

E.P. – Foi preferível não é, foi preferível.

D.N. – Antes ter aberto mão disso.

A.C. – A turma era grande?

D.N. – A turma era enorme. Porque era uma turma da manhã e da noite. Eu não me lembro quantos nós éramos, mas com toda certeza devia chegar a cem, pelo menos no começo. Nós fizemos em dezembro, quarenta anos de formado. É um desaforo, não é. Mas enfim, quarenta anos de formado. E foi muito bom, porque nós nos encontramos aqui no Porcão, e é sempre agradável encontrar os colegas. E há uma fartura de magistrados na turma, de magistrados do trabalho só uma. Mas tem na justiça federal, muitos. Tânia [Hein Lessa], filha do Mello Bastos, foi presidente do Regional Federal inclusive...

E.P. – Muitas mulheres na turma?

D.N. – Tinha, era um número razoável de mulheres. Não vou dizer, não tenho nenhuma ideia de percentual, mas éramos um número razoável, razoável.

E.P. – E como foi o ensino de Direito do Trabalho na faculdade?

D.N. – O ensino de Direito do Trabalho foi ótimo. Nós tínhamos um professor chamado Nélcio Reis, que era um advogado de direita, advogado do patronato, mas um excelente professor, um excelente professor. Tivemos brigas homéricas, e ele disse que não voltava na turma, teve uma grande briga e acabou voltando. Mas era muito bom professor. Muito bom professor mesmo.

E.P. – E você acha que isso teve algum peso na sua escolha posteriormente?

D.N. – Não...

E.P. – Ou ainda não, nesse momento ainda não era muito claro?

D.N. – Aconteceu o seguinte: quando eu comecei o quarto ano, eu fui procurar estágio na Procuradoria Regional do Trabalho. Porque o meu destino já estava traçado. Eu comecei o estágio antes de ter aula de Direito do Trabalho. E aí aconteceu o seguinte...

E.P. – Então essa opção é anterior, não é.

D.N. – Não, a opção é do vestibular. Eu fiz vestibular de Direito porque eu ia cuidar de Direito do Trabalho.

A.C. – Você já queria isso.

D.N. – Já queria isso.

A.C. – E por que é que você já estava decidida a fazer Direito do Trabalho mesmo antes de entrar na faculdade?

D.N. – Porque me interessava... Porque quando eu resolvi me interessar por Direito, eu achei que o Direito que interessava não seria um Direito de Família, não seria um Direito Civil, eu não ia fazer despejo, não ia fazer nada disso. Eu queria fazer Direito do Trabalho, entrei para a faculdade para fazer Direito do Trabalho. Então, no início do quarto ano eu fui procurar estágio na Procuradoria Regional. E aconteceu uma coisa incrível, que o Procurador Regional Carlos Mendes Pimentel olhou para a minha cara e foi tomado de uma violenta antipatia. E deu-me um passa-fora. Porque eu fui lá e pedi para falar com ele para saber se tinha vaga para estágio. “Não tem vaga!” E foi uma coisa assim agressiva, uma coisa horrorosa. Aí eu disse: “Eu poderia deixar o meu nome, para quando houvesse vaga eu ser chamada?” Ele disse: “Não haverá vaga tão cedo!” E aí eu, rabo entre as pernas fui saindo, e acho que ele se deu conta de que ele tinha sido grosseiro desnecessariamente, e ele disse assim: “Se quiser estágio vá procurar na Procuradoria Geral!” Nesse tempo, o TST ainda era no Rio de Janeiro, no prédio antigo. E eu, rabinho entre as pernas, fui para lá. Só o seguinte, no TST, na

procuradoria que atua junto ao TST, não tinha nada para um estagiário fazer, salvo parecer em recurso de revista. Eu não tinha começado Direito do Trabalho e não tinha começado Direito Processual, que são duas cadeiras... Direito do Trabalho esgotava no quarto ano e Direito Processual é quarto e quinto ano. Então, eu não sabia nenhum dos dois. O que é que o procurador encarregado dos estagiários faria comigo? Me dava autos, processos com recurso de revista, leva para casa e faz o parecer. O que para mim foi uma grande coisa. [inaudível]

A.C. – Quer dizer que eles aceitaram você então?

D.N. – Não, lá me aceitaram. Tinha espaço de estagiários...

E.P. – Estágio não se pagava não, não é?

D.N. – Não, estágio era de graça. Então eu levava para casa os autos para fazer parecer em recurso de revista.

E.P. – Um desafio...

D.N. – Eu não tinha estudado Direito do Trabalho e não tinha estudado processo. Aí era ótimo, porque eu estudei loucamente para fazer os pareceres.

A.C. – Lia aqueles processos todos.

D.N. – Lia tudo com um entusiasmo único, e era bom porque aí aquele estímulo. Os procuradores “Puxa, que ótimo seu parecer. Está bom.” Foi um tempo muito bom.

Um belo dia, o procurador geral me chama e diz: “O doutor Carlos Mendes Pimentel disse que já há vaga, e que você pode ir para a Procuradoria Regional.” E a Procuradoria Regional, evidentemente, dava assistência, fazia audiência, era tudo o que eu queria na vida. Eu falei: “Olha, não vou. Aquele homem grosseiro, eu não quero ir.” Era o doutor Rego Monteiro o procurador geral. Aí ele disse: “Não, você vai. Vai ser bom para você, vai ser importante para você. Você vai aprender a lidar com o Carlos Mendes Pimentel. Você vai ver, ele não é aquilo...”

A.C. – Você ia estagiar diretamente com ele?

D.N. – Eu estagiava com ele. Olha, era outra pessoa. Uma paixão avassaladora. [risos] A mesma antipatia da primeira vez, e ele foi meu pai trabalhista. Tanto que eu o mencionei no meu discurso de posse. Ele e Délio Maranhão foram pessoas importantíssimas na minha vida trabalhista. Porque aí eu ia fazer audiência, e ele deixava que eu, estagiária, preparasse razões de recurso, quando fosse o caso. Então ele me estimulou muito. E mais, o gabinete dele tinha uma luz vermelha, quando ele apertava aquela luz vermelha ninguém podia entrar. E ele recebia visita dos amigos, Dr. Délio Maranhão, e outros juízes importantes e ele me deixava ficar lá dentro. E eu só ouvindo aquelas coisas e aprendendo. Foi uma pessoa *muito* importante na minha vida.

A.C. – Deixou ela fazer trabalho de campo, de observação.

D.N. – Era um espetáculo.

E.P. – E Délio Maranhão, uma figura?

D.N. – Ah, Délio Maranhão uma paixão. Fora ser botafoguense... [risos] Quando eu me formei, acabou o estágio fora, [inaudível] não tinha procuradoria, coincidiu mais ou menos com a abertura do concurso. E eram dois concursos simultâneos, para juiz e para funcionário. Porque eu me formei em dezembro de 1966, mas fiquei estagiando até fevereiro de 1967. E aí em 1968 abriu o concurso.

A.C. – Você fez imediatamente o concurso.

D.N. – Não, eu fiquei trabalhando só na escola primária. E aí abriram esses dois concursos. Aí dois amigos juízes, Cristóvão Tostes Malta e Francisco Melo Machado, abriram um curso para preparar para o concurso de funcionários. E eu fui lá porque eu queria fazer esse curso. E eles, quando eu cheguei lá: “De jeito nenhum. Nós estamos catando você para dar aula aqui.” Aí eu falei: “Eu não posso fazer isso. Porque eu vou fazer o concurso e é muito abuso

meu ficar dando aula e fazer o concurso. Eu não estou preparada para isso.” Simultaneamente, o Dr. Délio Maranhão e o Dr. Carlos Mendes Pimentel me chamaram e disseram que eu tinha que fazer o concurso de juiz. Aí, aquela complicação. “Não vai dar, eu quero fazer concurso para funcionário, porque eu fico lá um tempo, vejo como é que é, aprendo.” “Não, de jeito nenhum...”

A.C. – Você achava também que teria mais possibilidades de ingresso...

D.N. – Mais possibilidades de ingresso, se eu conhecesse melhor as entranhas da Justiça do Trabalho. Mas aí um dia, o Pimentel em telefonou e me disse: “Onde é que você fez isso, onde é que você fez aquilo...” “Para que o senhor quer saber?” Eu chamava ele de senhor. Aí ele disse: “Não é da sua conta, só me diz.” E um dia eu cheguei no tribunal e ele tinha preparado o meu requerimento de inscrição, que eu tenho até hoje. Ele tinha uma máquina daquele tipo grandão assim. Máquina de escrever, nós estamos em 1968. E aí assim eu fiz o concurso para juiz do trabalho. Eu devo a Carlos Mendes Pimentel e a Délio Maranhão a minha chegada à Justiça do Trabalho, com a condição de juíza do trabalho. Realmente pessoas que foram *muito* importantes na minha vida, porque são exemplos inesquecíveis, exemplos maravilhosos que eu tive. E os debates que eu via no gabinete lá de Pimentel era uma coisa maravilhosa. Foi muito importante para mim. E porque o contato que eu tinha com os juízes e as audiências que eu fiz. A procuradoria hoje não dá assistência indiscriminada, dá audiência só a menores cujos pais não os possam acompanhar. E na época dava assistência a quem aparecesse. Então, em um dia de estágio, você fazia cinco, seis audiências. Era uma coisa...

A.C. – E você acompanhava sempre o procurador?

D.N. – Não! O estagiário ia sozinho.

A.C. – Ah, ia sozinho?

D.N. – Não, para audiência ia sozinho. O estagiário fazia a audiência ele sozinho.

A.C. – Ele sozinho?

D.N. – Ele sozinho.

E.P. – Que experiência!

A.C. – Olha só!

D.N. – Uma experiência e tanto.

A.C. – Eu vou fazer uma última pergunta, porque nós vamos entrar agora na sua carreira como juíza, mas que eu acho interessante, que é o seguinte: você fez a faculdade, você já era professora primária esse tempo todo, você disse que a sua família teve dificuldades, não é? Eu fiquei pensando, o salário de professor de curso primário era razoável? Vamos pensar assim, em termos do que você...

D.N. – A falência do meu pai foi um pouco antes da minha formatura, eu ainda estava no Instituto de Educação. E a partir do momento em que eu comecei a trabalhar, meu pai não me pagava mais nada.

A.C. – Você se mantinha.

D.N. – Eu me mantinha. Dentista, roupa, coisas do gênero, não é?

A.C. – Livro, passagem...

D.N. – Livro, passagem, o que quer que fosse. E dava. Não era uma vida de luxo e dissipação, mas o dinheiro dava.

A.C. – Mas o salário de um professor nesse momento...

D.N. – Hoje eu não tenho a menor ideia de quanto seria em relação, por exemplo, ao salário

mínimo. Mas era suficiente para me manter e me permitir, não sei... Eu me lembro que no primeiro dia que eu recebi pagamento, porque quem foi professor de curso primário sabe que a gente trabalha um tempo até que venha o primeiro...

A.C. – É, aí vem acumulado.

D.N. – No primeiro dia que eu recebi o pagamento, eu comprei flores para a minha mãe, e no mesmo dia e na mesma hora ela recebeu um telegrama, avisando que a mãe dela na Alemanha tinha morrido. [emoção]

A.C. – Ah!

E.P. – Puxa!

A.C. – Bom, mas recebeu suas flores.

D.N. – Recebeu as flores.

A.C. – A Doris ficou emocionada, com razão.

D.N. – Os meus filhos dizem que eu me emociono muito, que eu choro em inauguração de supermercado. [risos]

A.C. – Eu também. As minhas filhas dizem que eu choro em desenho animado. [risos] Que eu levava elas, eu é que chorava e elas não.

D.N. – É porque eles não viram Bambi. Quando a mãe do Bambi morre, ou quando a mãe do Dumbo é presa, ela ataca os meninos que ficam rindo do Dumbo por causa das orelhas. Aí ela é presa, e eu me lembro, chorava muito.

A.C. – Eu, pois é. O meu parâmetro é esse. As crianças dizerem que eu é que choro nos desenhos animados. Mas, Doris, você faz o concurso e passa.

D.N. – E passo.

A.C. – Quer dizer, no primeiro concurso entrou. Aí queríamos perseguir você agora.

D.N. – Eu participei do trabalho do diagnóstico da magistratura, [inaudível] Werneck, Maria Alice, Marcos [inaudível], e uma das perguntas lá era se tinha passado no primeiro concurso e em que concurso tinha passado. E na ocasião se apurou, eu não sei se vocês têm a tabulação do diagnóstico, é mais ou menos 50%. Cinquenta por cento passa no primeiro concurso, 50% passa no segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto. É assim, não sou nenhuma exceção não, eu estou... Agostiniana em *medio virtus*, eu estou lá na...

A.C. – Está lá...

D.N. –... na média.

E.P. – Doris, você tem ideia, desde quando havia concurso para juiz do trabalho?

D.N. – Concurso para juiz existe desde a Constituição de... eu posso repor isso para vocês porque eu tenho isso anotado, porque eu estou fazendo um trabalho sobre promoção e acesso. Aferição de dados objetivos. Então, qual é a possibilidade de ser objetivo na avaliação de um magistrado. Não é pouco interessante o tema não.

A.C. – Não, é muito interessante.

D.N. – Porque eles... A constituição de 1934 eu acho, previa isso para juízes estaduais, mas não para os federais. Estes continuavam a ser nomeados no manuscrito, prevalecia a caneta. Então os juízes estaduais...

E.P. – [inaudível] é que a justiça...

D.N. – Aí sim. O meu concurso é se não muito me engano, o terceiro da Justiça do Trabalho.

Não, se não me engano não, com certeza. Eu sou do terceiro concurso para a Justiça do Trabalho.

A.C. – Você faz o concurso. Você achou difícil? Como é que você achou? Você estava...

D.N. – Você sabe que já me perguntaram isso? Se eu disser que é difícil é muito cretino, você passou, mas era muito difícil, mas eu passei.

A.C. – Sei, mas às vezes não. A gente diz “Não, era uma prova...”

D.N. – Não, não, mas eu achei o concurso adequado. Achei absolutamente adequado. Não tenho queixas do concurso. Acho que foi um concurso correto. Alguns [inaudível], mas, enfim, era um concurso correto.

E.P. – Você começa a trabalhar onde?

D.N. – Eu começo a trabalhar direto. Hoje em dia, nós fazemos um período em que o juiz fica afastado da jurisdição, ele não entra direto. Fica recebendo a preparação. Vocês trabalharam lá com os colegas nesse sistema. Mas direto, direto. Até [um certo receio] porque ia começar a trabalhar uma semana depois, e aí faltou o juiz, me avisaram e eu fui fazer a audiência. E aí Dr. Délio Maranhão foi assistir a minha primeira audiência.

A.C. – Ah, mas era um fã mesmo, hein, Doris. [risos]

D.N. – Olha, fiquei muito prosa. Sentado na primeira fila assistindo minha audiência, um espetáculo. Mas eu tinha feito muita audiência, muita audiência...

A.C. – Na procuradoria.

D.N. – Na procuradoria. Eu não tinha problema nenhum de audiência. Eu tinha problema de despacho. Despacho é uma coisa complicadíssima. Realmente a audiência, eu digo isso sempre para os juízes novos, a audiência você pode fazer sem medo nenhum, porque

qualquer coisa que você tenha dúvida – deferimento de prova, exceção que invoca em alguma coisa –, você adia para melhor exame. A única coisa que você tem que saber é contradita de testemunha. Você sabe o que é contradita de testemunha?

A.C. – Mais ou menos.

D.N. – Mais ou menos? É o seguinte: quando senta uma testemunha e o advogado diz “Eu queria contraditar a testemunha.”, significa o seguinte: eu acho que essa testemunha, por todas as razões do mundo, vai favorecer esta ou aquela parte.

A.C. – Recusa, não é? É uma recusa.

D.N. – É, é uma recusa. Você tem que examinar se aquela contradita é fundamentada ou não. Normalmente, quando é de parte do autor, você pergunta: “O senhor é amigo dele?”, mas tem que explicar. Porque amigo, colega de trabalho, não é. “O senhor frequenta a casa dele?” “O senhor já foi à casa dele?” “O senhor senta com ele para tomar cerveja?” “Ah, às sextas-feiras, às vezes.” **[inaudível]**. Enfim, a contradita de testemunha é a única coisa que o juiz não pode adiar para resolver. Então, a audiência não é complicada. Você tem que ter atenção, verificar, ler a petição inicial, ler a contestação, para você conduzir a audiência bem. Mas o despacho era uma coisa que lhe dava com coisas que eu não tinha feito na vida, muita execução e tal. Então eu acho que todo juiz novo treme um pouco com o despacho. Os juizes mais tímidos tremem também com a audiência. Ficam um pouco inseguros, porque há advogados que são agressivos, que gostam de mostrar superioridade. Essas coisas, sapiência, falam...

E.P. – Ainda mais com juiz novo, não é.

D.N. – É, é uma coisa complicada. Mas, de modo geral, eu tento mostrar para os juízes que a audiência em si, não oferece nenhum mistério, nenhum problema. É ser cordial, é não mostrar muito os dentes, cumprimentá-los adequadamente e ser bem comedido. Eu tenho um colega que gosta muito de me imitar [risos], porque ele era advogado quando eu era juíza em Araruama, e eu quando fico impaciente começo a bater com a caneta assim, para ele perceber

que eu estou impaciente. [risos] E aí dá uma parada. Mas a audiência mesmo não me criou problemas. Mesmo como juíza eu nunca tive problemas de brigas de audiência, de bate-boca com advogados, as relações são muito civilizadas.

A.C. – E era tranquilo.

D.N. – Era tranquilo.

A.C. – Você começou imediatamente, você acabou de dizer. Você começou a trabalhar aonde? Você falou em Araruama...

D.N. – Não, eu comecei a trabalhar no Rio de Janeiro. Até, na ocasião, quando eu entrei... nós entramos nove juízes. Dos quais três eram mulheres. Com essas três, eram sete as mulheres do Tribunal. As mulheres de 1ª instância. Não havia mulheres no Tribunal, as mulheres juízas.

A.C. – Certo.

D.N. – Paro?

A.C. – Não, pode continuar. Vamos mais um pouquinho...

D.N. – Sete as mulheres juízas. Então, naquele tempo, o Tribunal do Rio de Janeiro tinha jurisdição sobre o Rio de Janeiro e Espírito Santo. E nós tínhamos um acordo de cavalheiros, de cavalheiros mesmo, os juízes tinham decidido que as mulheres não seriam designadas para fora do Rio. Então eu nunca trabalhei fora do Rio. Eu sempre trabalhei no Rio de Janeiro mesmo. Na verdade, com o tempo isso não foi mais possível. Fizeram muito mais varas no interior. Quando eu entrei, no Rio de Janeiro havia 20 varas. Nós ainda ficávamos na Almirante Barroso. E eu fiquei dois anos como juíza substituta, pulando daqui para lá, e em 1972 eu fui promovida a titular da 13ª, na época, Junta de Conciliação e Julgamento. Ser titular era uma coisa maravilhosa. Porque o substituto tem que ficar passando nas varas, para ver se entrou alguma coisa, se deferiu razões finais, se os autos já estão prontos para

sentença. Na ocasião você não tinha computador, você levava a minuta, eles datilografavam a sentença, tinha que passar de novo para assinar a sentença. Enfim, a vida de substituto não era fácil. Não é ainda, a vida de substituto é uma vida que você fica...

E.P. – Pulando...

D.N. – Pipocando por...

A.C. – Porque tem que ir a várias varas, o deslocamento às vezes pode ser maior...

D.N. – Exatamente, não era fácil. A chegada à titularidade para mim foi uma coisa muito boa. E nós fomos promovidos muitos de uma vez. Aliás, eu sempre andei nas promoções coletivas. E eu fui a primeira de merecimento. Era a única vara no Rio de Janeiro, porque as outras varas os juízes pediram remoção para varas novas, como acontece ainda. Então a 13ª foi a única vara que sobrou no Rio de Janeiro. E aí eu fiquei no Rio de Janeiro, ainda Almirante Barroso. E lá fiquei de 1972 até, não me lembro se 1976 ou 1978, mas é um dado que também não é relevante. Não, 1978, fiquei até 1978. Em 1978, foram criadas algumas novas varas, inclusive a vara de Araruama. À esta altura meus filhos... Ah sim! Quando eu tomei posse eu não tinha filhos, eu estava casada, mas não tinha filhos.

E.P. – Você já era casada **[inaudível]**.

D.N. – Eu já era casada, pois é. Eu casei em 1967, janeiro de 1967. Quando eu fiz o concurso, eu já estava casada. E aí meu primeiro filho nasceu em outubro de 1970, eu era substituta ainda. E estava grávida do segundo quando saiu minha promoção a titular. E já tinha a terceira quando eu fui para Araruama. Mas em 1978, o mais velho tinha oito, o segundo tinha seis e a pequenininha tinha quatro. E a ida para Araruama era a perspectiva de trabalhar menos. Na ocasião, era comum que os juízes fizessem a carreira às avessas: na Justiça comum, você vai saindo das varas do interior e vai chegando para a capital. Naquela época, na Justiça do Trabalho, era comum que os titulares fossem para Petrópolis – Teresópolis não existia ainda –, enfim, para o interior, porque eram varas de muito menor movimento.

A.C. – E eram varas novas também, Doris?

D.N. – Outras varas novas...

A.C. – Porque eu estou pensando, se há uma expansão nesse momento, não é?

D.N. – Ah sim, com certeza. Naquela ocasião, se fez uma vara nova em Três Rios, uma vara nova em Araruama, eu não me lembro de quais. Mas, enfim, foram criadas...

A.C. – Várias, não é.

D.N. –... muitas varas novas. E aí a ideia de ir para o interior era uma ideia que, por um lado me deixaria ter mais tempo para as crianças, por outro era o desconhecido. Porque você não sabia quanto era. Na verdade, eu pedi para ir para Araruama, e Araruama tinha jurisdição sobre Saquarema, Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Casimiro de Abreu.

E.P. – Puxa!

A.C. – Era grande, hein.

D.N. – Então você não sabia... Eu ia receber todos os processos que até então estavam com os juízes de direito. Porque nos municípios, comarcas, não abrangidos pela Justiça do Trabalho, eram os juízes...

A.C. – Os juízes de direito atuavam.

D.N. – E aí eu recebi isso tudo, e verifiquei que aquilo tudo precisava de saneamento, porque juiz de direito não gostava de fazer os processos de trabalho, então ia empurrando para frente aquilo. Foi bom. No começo eu ia de terça a quinta, no Rio eu ia de segunda à sexta. Porque eu peguei um tempo em que as varas aqui trabalhavam muito, porque simultaneamente foi feita a Ponte Rio-Niterói e o Metrô. Isso implicava em um número grande de processos das empreiteiras.

A.C. – Que envolviam o trabalhador. Acidente com certeza, muito.

D.N. – Ah, sim. Mas olha, a parte de acidente nada foi [perto do] *boom* das horas extras.

A.C. – Ah, também. Claro.

D.N. – Por vezes tinha até registro desse horário nos cartões de ponto, por vezes tome prova testemunhal. Foi um tempo de bastante trabalho, mas bastante trabalho mesmo no Rio. E dele eu fugi para poder...

E.P. – Criar os filhos melhor.

D.N. –... atender as crianças. Mas tinha o seguinte, como as crianças eram crianças, eu ia para Araruama de manhã voltava de noite, no dia seguinte ia de manhã voltava de noite, três dias seguidos assim e era também complicado. Mas com o tempo, deu uma enxugada nisso, e dava para ir dois dias apenas. Eu ia em um dia...

A.C. – Aí ficava.

D.N. – Pegava o ônibus seis da manhã na rodoviária, chegava lá sete e qualquer coisa, trabalhava noite a dentro no despacho, porque eu fazia audiência o dia inteiro. O outro dia também ficava, às vezes ficava no terceiro dia só pela manhã. Mas enfim, reduziu bastante. Foi um bom tempo. O tempo de interior te dá uma outra visão, é aquela coisa: “O que é que você prefere? Ser focinho de cachorro ou rabo de leão?” O focinho de cachorro está no interior, o rabo do leão no quintal. Eu brincava muito. Prefeito de Araruama quando passa, ele para o carro e fala: “Dra. Doris, vai bem? Tudo bem?” Aqui o César Maia me atropela e não para. [risos] Isso era uma grande diferença. Por outro lado, você se sente muito mais autoridade do que no Tribunal. Porque você ia jantar em um boteco qualquer...

A.C. – Todo mundo conhece.

D.N. – É. E eu nesse tempo tinha, tenho até, um apartamento em Arraial do Cabo. E um dia, eu encomendei um espelho para botar em uma porta, e o vidraceiro foi lá colocar a porta, ele olhou para mim e falou assim: “Eu estou te conhecendo.” [risos] Na região toda você fica conhecido, então aquele tratamento é muito engraçado. Mas enfim. Foi um bom tempo de Araruama. Eu gostei, e de Araruama eu fiquei de 1978 até 1993, quando eu fui promovida para o Tribunal.

A.C. – Então agora vamos... Vou pedir aqui licença para aqui fazermos uma...

[FINAL DO ARQUIVO 1]

A.G. – Bom, vamos dando continuidade à entrevista com a Dra. Doris de Castro Neves e nós estávamos conversando sobre a trajetória da Doris como magistrada do trabalho. E encerramos a primeira fita quando ela estava explicando que ficou em Araruama, uma experiência excelente, até o início dos anos 1990, 1993, quando então ela vai para o Tribunal Regional do Trabalho. Então aí é que a gente queria saber como é que isso acontece.

D.N. – Depois eu quero falar da vida de militância, de movimento associativo, mas não quero me esquecer de falar nisso. Tribunal. Tribunal se vai por acesso, de novo, antiguidade e merecimento.

A.G. – E você falou que para juiz titular você foi por merecimento.

D.N. – Eu fui por merecimento, rápido, rapidíssimo. Aumentaram o número de... Já para o Tribunal aconteceu o seguinte: eu estive em duas listas de merecimento. A Constituição diz que quem está em três listas de merecimento, o presidente da República é obrigado a nomear. Aí estamos em tempos de Mello Porto. E aí eu não entrei na terceira lista de merecimento. Tinha entrado nas duas anteriores, mas das duas vezes, com colegas mais antigos, de concursos anteriores aos meus, e aí a busca de promoção era mais complicada. Embora eu tivesse tido algum trabalho com deputados e tal, não dava para brigar muito, porque em uma delas eu estava com estava em lista com Ana [Hacker], que tinha sido preterida muitas vezes, então era complicado o trabalho. Na terceira lista eu não entrei. Aí houve problema no

Tribunal que nem vale a pena relatar. Paralisaram, na gestão Mello Porto, as promoções por muito tempo. Porque os classistas... Primeiro fez-se uma lista, o Mello Porto tinha domínio absoluto dos classistas, e eu não entrei. Então, foi promovido um colega do meu concurso, na minha frente. E ele não tinha nenhuma responsabilidade nisso, é uma boa pessoa, já está até aposentado. Aí, finalmente, ampliou-se o número de vagas do Tribunal. E aí havia, era o grupo dos 11, éramos 11 de uma vez para... Havia 11 vagas no Tribunal, ou seja, 11 promoções, metade antiguidade, metade merecimento. A esta altura do campeonato, eu era a mais antiga. Porque nas manobras de Mello Porto, acabei ficando eu a mais antiga. Não tinha como não me promover, então eu fui promovida. Quando eu era a mais antiga do Tribunal, eu tinha preparado uma bela frase para o meu discurso de posse, que era assim: “Chego a este Tribunal pela larga porta da antiguidade, destinada aos medíocres e aos insubmissos.” [risos] O que até era uma maldade porque nem é verdade... [risos]

E.P. – Nem sempre são medíocres.

D.N. – Ao contrário, ao contrário. Mas era uma malcriação que eu queria fazer ao Tribunal.

A.G. – Talvez não seja uma porta tão grande para os medíocres, mas certamente eu acho que para os insubmissos é.

D.N. – Com certeza. E nós [inaudível] que vai promovendo um e outro, um e outro. E a gente tem procurado, no Tribunal, promover na ordem para ninguém levar carona, salvo se tenha uma coisa mesmo desabonadora, senão ... Na verdade ninguém é tão maravilhoso que deva dar carona nos outros, então é razoável que seja assim. O fato é que, promovidos os 11, eu no meio deles, eles me escolheram para fazer o discurso de posse. E aí essa minha bela frase, que era minha, pessoal, não tinha nada a ver com outros.

A.G. – Não podia falar, não é? [risos]

D.N. – Não só a minha coisa pessoal, como eu queria falar em Carlos Mendes Pimentel e Délio Maranhão no meu discurso de posse, também não pude, mas falei no meu discurso de presidente do Tribunal.

A.G. – Agora do Tribunal. A gente sempre gosta de ouvir o magistrado falar dessa experiência diferente, de estar na 1ª instância e depois de ir para o Tribunal.

D.N. – É curioso. Nós temos muitos colegas de 1º grau que vão para o Tribunal por convocação. Eu jamais quis ser convocada. Primeiro havia um [inaudível] porque a Lei Orgânica falava de proibição, de que os convocados deviam de ser necessariamente juízes da capital. E dizia isso, porque os juízes da capital são os mais antigos à vista, porque quem legisla sobre Judiciário, pensa apenas na magistratura estadual, que é mais numerosa. Então havia essa proibição de convocação.

A.G. – E você falou que no caso da magistratura do trabalho era justamente o contrário.

D.N. – Era justo o oposto. Mas de todo o jeito, eu recebi algumas propostas. Porque ser convocada eu não queria. Eu dizia: “Não, me deixa aqui, eu quero ir para o Tribunal...”. Porque tinha Mello Porto, eu não queria ir para o Tribunal na condição de convocada, porque alguma disciplina *hay que tener*, então eu queria chegar lá tão juíza do Tribunal quanto eles. E aí não fui convocada, não tinha essa experiência anterior. Fui para o Tribunal, e aí muito me lembrei de movimento estudantil. Porque aí de verdade é exatamente isso. Tem uma grande plateia que assiste à seção, tem uma pessoa de outra corrente de pensamento que não concorda com o seu voto, ou você não concorda com o voto de uma outra pessoa, e aí é fácil. [risos]

A.G. – Você dizendo assim, a gente até pode acreditar, mas...

D.N. – Mas você sabe, de mais a mais, eu tinha um comportamento que eu recomendo sempre para os meus amigos quando convocados para o Tribunal, ou quando chegam ao Tribunal como juízes do Tribunal, “pato novo nada no raso”. Fica lá, fica na sua, não se exhiba. Aliás, não se exhiba em condição nenhuma, não fica bem, não é próprio de um magistrado ficar lá cuspidando erudição. É bom ficar em uma coisa assim, mais terra/terra, buscar menos citações, nem nos teus votos você deve ter muita citação. E nesse ponto o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira falava uma coisa ótima, que eu acho perfeita. É o

seguinte: “Quer fazer doutrina? Vai escrever artigo doutrinário.” Vai decidir processo, não fica com muita citação. Há processos nos quais você precisa fazer muita citação, alguma...

A.G. – Para se fundamentar.

D.N. –... referência, para se fundamentar, chamados argumentos de autoridade. Mas não é comum, normalmente um registro... Eu sou muito esparramada. Meus [inaudível] grandes e tal, porque eu fico esmiuçando as coisas, tudo esmiuçadinhas. Mas sem grandes arroubos doutrinários, porque senão não serve para ninguém. Mas enfim, eu não tive nenhum problema no Tribunal com a minha chegada, eu fui para uma turma... Quando nós chegamos ao Tribunal, chegamos Amélia Valadão Lopes, Ivan Dias Rodrigues Alves e eu. Nós éramos integrantes de um grupo, nós tínhamos feito juntos, em uma sindicância, em um inquérito, com relação a uma situação de promoção de servidores que podiam ir, não me lembro mais, de um cargo, de atendente para outros. Eu não me lembro. Enfim, de um cargo para outro, desde que tivessem diploma de curso secundário completo. E aí uma porção de servidores apresentou o diploma. O ministro da justiça recebeu uma denúncia de que no meio havia muitos diplomas falsificados. E aí Ivan, Amélia e eu fizemos uma sindicância. Deu um trabalho danado, [inaudível] Ministério da Educação ver todo mundo que foi promovido, e ver todos “esse colégio não existiu nunca” “esse colégio não existe”. E envolvia filhos, netos de juiz, era um horror. Enfim, Ivan, Amélia e eu criamos um vínculo muito forte.

A.G. – Trabalho ingrato, mas também que quem trabalha...

D.N. – Exatamente, muito bom. E aí quando nós três chegamos no Tribunal, resolvemos que cada um devia ir para uma turma. Embora houvesse possibilidade de ao menos dois de nós ficar em uma mesma turma, nós fomos cada um para uma turma para assuntar. E foi uma boa experiência, mas jamais trabalhamos juntos em turma. Mas a gente tinha muito vínculo, e depois quando foi feita uma sindicância em torno das licitações na gestão do Mello Porto, nós três fizemos essa sindicância que nos rendeu um depoimento na CPI do Judiciário que não foi fácil, não foi fácil. Eu não sei se vocês já estiveram em audiência pública do Senado, ou CPIs, ou coisa assim. Não é fácil. Enfim, nós chegamos lá no dia, a Amélia sem voz de todo, a Amélia tem problemas de cordas vocais, nesse dia ela não tinha voz nenhuma. Eu sou mais

saidinha, Ivan boas intervenções, mas foi uma coisa forte a nossa participação na CPI do Judiciário. Enfim...

A.G. – Mas eu queria entender melhor isso. Vocês vão fazer uma sindicância em função de licitações quando da gestão do Mello Porto. Ou seja...

D.N. – Nós fomos fazer uma sindicância porque alguns autos de processo administrativo sumiram. Então nós fomos designados para isso. Fizemos e descobrimos, lógico, os processos que sumiram eram processos complicados. E nas conclusões nós dissemos que esses processos envolviam licitações, e que era conveniente que fosse apurado...

A.G. – Valores...

D.N. – Fossem apurados valores, circunstâncias, porque todos havia termo aditivo, todos havia prorrogação, todos devem elevação de valor...

A.G. – Ou seja, em todos havia indícios que...

D.N. – Alguma coisa esquisita. E aí o presidente do Tribunal nos chamou para que nós fizéssemos isso. Nós dissemos “Olha, tudo bem. Mas vê se outros colegas querem...”, ninguém quis, sobrou para nós.[riso] Nós três fizemos essa sindicância, que apurou indícios de responsabilidade de Mello Porto e de vários funcionários. Então, a nossa sindicância é um “catatau” enorme e terminava sugerindo a abertura de um inquérito. Porque na sindicância você não precisa ouvir as pessoas, no inquérito sim, onde tivesse oportunidade de defesa, contraditório etc., e que deveria ser feito isso. Ele conseguiu uma liminar, Mello Porto, no Tribunal Regional Federal e esse inquérito nunca foi feito. Mas o fato é que subsistia aquilo, e quando o senador Antônio Carlos Magalhães resolveu moralizar o Judiciário, ele nos chamou.

A.G. – Quer dizer, aí o Senado abriu uma CPI contra...

D.N. – Contra o Poder Judiciário...

A.G. – E aí no caso a sindicância de vocês...

D.N. – Que apurou Nicolau, apurou Mello Porto, apurou alguns outros juízes por aí, e...

E.P. – Vocês foram chamados [inaudível].

D.N. – Nós fomos chamados a depor lá.

A.G. – É isso que eu queria entender melhor, não é?

D.N. – Até uma coisa curiosa, nós fomos...

A.G. – Depor...

D.N. – Lá no Senado sobre...

E.P. – Sobre esse caso.

A.G. – Sobre esse caso, claro. Que era uma coisa que ia jogar água no moinho do Antônio Carlos.

D.N. – Exatamente. E aquilo era assim: nós éramos... Eu tinha fortes vínculos com a AMB. Então a AMB era contra a CPI do Judiciário. Não vem ao caso se deveria ou se não deveria. Era razoável, só que o rei da moralidade pública, Antônio Carlos Magalhães, não era justamente o que se esperava. Mas enfim, nós no avião tivemos um ataque de riso porque de repente nos demos conta que nós íamos explicar aos senadores, que fazem as leis, qual é a Lei da Licitação. Não tinha cabimento. Teoricamente era uma coisa que tinha que ser dito com certas luvas de pelica. Não pode explicar lei para senador, não é. Quando nós saltamos no aeroporto de Brasília, estamos andando naquele corredor que sai do avião, chega um cavalheiro para nós, de terno: “São os juizes do Rio de Janeiro que vieram depor?” Olha, deu um medo. Ele vai tirar uma metralhadora, vai passar.... [risos]

A.G. – Vai levar a gente para onde?

D.N. – Exatamente. Do que se trata? Mas aí não. Era só... “Eu sou do gabinete do senador Antônio Carlos Magalhães e vim buscá-los”. Muito engraçado.

E.P. – E vocês no Tribunal.

D.N. – Nós três já estávamos no Tribunal.

E.P. – Eu digo, o clima no Tribunal. Terrível, não é?

D.N. – Ah, terrível. Olha, quando nós fomos promovidos, saiu o ato de publicação de nós todos no mesmo dia, na mesma hora. Eu tinha saído com minha filha, e quando eu cheguei em casa, um funcionário do Tribunal estava telefonando angustiadíssimo para eu ir para o Tribunal imediatamente. Porque a gente toma posse no gabinete, mas toma posse solene no Tribunal. E o Mello Porto queria que os “peixinhos” dele tomassem posse para serem mais antigos que nós.

E.P. – Mesmo estando após na ordem.

D.N. – Pois é. Isso rendeu uma complicação burocrática grande, e rendeu um processo porque ele colocou na nossa frente juízes mais novos que nós. Nós tivemos que entrar com um processo no nosso Tribunal, depois os outros recorreram [inaudível] e acabou dando tudo certo. Mas deu trabalho.

A.G. – Na ocasião que vocês trabalharam nessa sindicância, é claro que envolvia o Mello Porto, mas gera algum clima ruim com os colegas o fato de estar fazendo esse tipo de trabalho, digamos, interno?

D.N. – A resposta é sim, não, mais ou menos. Eu não vou dizer que o Tribunal tenha divisões, mas de alguma forma tem simpatias. Então havia um grupo mais simpático a Mello

Porto e outro mais simpático a nós. E havia ainda um grupo “Não me comprometa”. Essas coisas não devem ser ditas assim...

A.G. – Sei, sei.

D.N. – Mas...

A.G. – É muito delicado esse tipo...

D.N. – Na verdade, Mello Porto nos processou por danos morais, se é que ele podia ter danos morais por alguma coisa. Mas nós ganhamos, e ganhamos no Tribunal e está no STJ, porque ele recorreu ainda em vida e eu não sei que destino terá esse processo. Mas quando... Na audiência, ele arrolou testemunhas de que tinha sofrido... Porque o que ele dizia, é que o dano moral estava no fato de que nós tínhamos divulgado para a imprensa. E não junta nenhum recorte de jornal que sequer falasse sobre a matéria que nós tínhamos apurado.

A.G. – Certo.

D.N. – Já era para o juiz de cara ter dito “Não provou, não tem dano moral, não houve divulgação para a imprensa.” Enfim, isso durou anos. Foi ao STJ, voltou para a vara, agora está lá no STJ de novo, acho eu que pela terceira vez. Não sei como é que fica.

A.G. – Quase infindo, não é.

D.N. – Enfim, infindo. Na verdade, Ivan, que é mais temperamental, não cumprimentava Mello Porto. Eu cumprimentava “Boa tarde. Como está?” e não mais que isso.

A.G. – Você mencionou esse fato que foi uma coisa que marcou a sua atuação no Tribunal. Eu queria saber de você se outro tipo de questão, na 2ª instância, que você tenha achado que foi importante, foi significativa para você? Razões outras evidentemente.

D.N. – Não estou me lembrando [inaudível].

A.C. – Não precisa. Não é o caso... [risos]

D.N. – Eu não estou me lembrando. Há processos mais ou menos marcantes, mas nada que valesse a pena o registro. Digamos, há um processo mais ou menos recente, em que se debate de quem é a vaga: se é o do Ministério Público ou da Ordem, em matéria de quinto; que é um processo de alguma repercussão. Mas nada que valesse a pena o registro. Assim, que eu me lembre, não...

A.G. – Você gostou mais de trabalhar na 2ª instância do que na 1ª? Você acha que tem procedência esse tipo de, não é propriamente comparação, mas de experiência?

D.N. – Trabalhar na 1ª instância é mais... você vê a parte, você fala com a parte, a parte fala com você. Eu chamo muito a atenção dos juízes novos disso. De que você é a coisa mais próxima do Estado brasileiro com que a maior parte, até de reclamados, não só de reclamantes, vai estar na vida inteira deles.

A.G. – É verdade.

D.N. – E a forma pela qual você os trata vai dar a eles a noção de cidadania. Isso eu acho que no 1º grau você tem, que no 2º grau não tem mais. No 2º grau você tem oportunidade de continuar a exercer a tua tarefa de responsabilidade social. É uma coisa assim, de dar as mãos para os céus e agradecer a oportunidade que você tem de intervir nos conflitos, de dizer “Juquinha tem razão.” “Não, Juquinha não tem razão.” É uma coisa muito gratificante. E isso, quem foi juiz do interior, de vara única, percebe mais acentuadamente. Quando você decide, no Rio, um processo sobre “Café e Bar Santa Terezinha”, ou mesmo de uma empresa grande, se você decide um processo do Banco do Brasil, todos os teus colegas estão decidindo a mesma coisa. Em uns o Banco do Brasil ganha, em outros perde. Quando você é a juíza do local...

E.P. – Aquilo está concentrado em você.

D.N. –... a repercussão é enorme. Eu tinha, em Araruama, a Companhia Nacional de Álcalis, depois foi privatizada. E a responsabilidade era muito grande, porque depois de três processos, quatro, cinco, com sentenças idênticas, não era razoável que eles continuassem naquela prática. E eu tive uma felicidade muito grande que, por um tempo, o presidente da Álcalis foi o Vasco Nunes Leal, irmão de Victor Nunes Leal. Que era uma pessoa... eu não estou dizendo que os outros presidentes da Álcalis não tivessem feito isso, mas com o Vasco eu tinha vínculos. Porque eu participava de um grupo que era Pertence, Vasco, Sergio Bermudes, Hélio Sabóia... os cavalheiros e as madames. Eu era a única madame que era do meio. Mas as madames almoçavam muito juntas, e era ótimo, porque todas as mulheres eram muito simpáticas. Ainda a... Meu Deus! Que branco! Como é que ele chama?

A.G. – Não faz mal não.

D.N. – Não, faz mal, sim! Foi presidente da Ordem. Daqui a pouco eu lembro. Separou da mulher, está casado com Vera... Eu vou lembrar. Mas enfim, eram as mulheres que se reuniam, e se reuniam também os casais todos. Nesse tempo eu já estava separada, mas como eu estava sempre com Sergio Bermudes, que fazia parte do grupo, por intermédio dele eu conheci essas pessoas todas e tive vínculo forte com essas pessoas. Então, isso... Eu não sei qual foi a entrada...

A.G. – A entrada é que você está dizendo que tinha uma relação fácil com o Vasco Nunes Leal...

D.N. – Ah sim!

A.G. – ... por conta desse grupo.

D.N. – Por conta do contato com o Victor.

A.G. – Isso.

D.N. – Então, foi muito importante isso. Por exemplo, na região...

A.G. – Porque a Álcalis era a grande empregadora, não é.

D.N. – Era a grande empregadora local. E a região tem muita plantação de laranja. Então, eu tinha muito trabalhador rural. E quando eu fui para lá, eu nunca tinha visto trabalhador rural. Ao vivo e a cores assim, julgado o processo de trabalhador rural, nunca.

A.G. – É, aqui no Rio, era difícil mesmo.

D.N. – Não havia mesmo. E aí foi uma experiência muito interessante também, porque os proprietários, os empregadores rurais podiam até não se sujeitar, mas os trabalhadores ficavam sabendo que há juízes em Berlim.

A.G. – Que tinha como poder reclamar.

D.N. – Em Araruama valia a pena ir reclamar. Até engraçado que um... engraçado não, curioso. Um dirigente de sindicato, trabalhador rural, Sebastião Lan, foi assassinado – depois que eu já tinha saído de Araruama – , por causa da militância dele como trabalhador rural. Nesse tempo, Aurora Coentro, acho que vocês entrevistaram, não?

A.G. – Não.

D.N. – Ela é juíza do Tribunal hoje, e foi presidente de Amatra. Ela era advogada da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a Fetag, e diz ela que foi ser juíza porque ela ficou, digamos assim, gostando de ver a minha audiência. O que é uma massagem de ego danada, não é?

A.G. – Claro. Deve ser verdade, com certeza! [risos]

D.N. – Porque ela é uma excelente juíza, sabe? Então é uma coisa assim estimulante. Mas era uma coisa boa você ser juíza no interior, porque, por incrível que pareça, você na vara tem uma influência, embora no 1º grau, maior do que no Tribunal. No Tribunal aquilo multiplica.

Agora é que vai se cuidar de uniformizar a jurisprudência do Tribunal, mas isso hoje não acontece. A magistratura no interior, principalmente em vara única, é muito estimulante.

A.G. – Vamos dizer assim, essa intenção que você teve desde que você decidiu que ia fazer Direito do Trabalho, nessa experiência, ela se realizou muito?

E.P. – Plenamente, provavelmente.

D.N. – Muito. Você sabe, eu vou mandar para vocês o meu discurso de posse no Tribunal. No meu discurso de posse eu decidi que ia fazer duas coisas.

E.P. – Foi lindo o seu discurso de posse. Eu chorei. [riso]

D.N. – Uma que eu não ia falar “Excelentíssimo senhor... na pessoa de quem saúdo, não sei o quê.” Não ia fazer. Então meu discurso começa “Senhoras e senhores, amigos da Justiça do Trabalho.” E começa assim “ Na peça ‘Liberdade, liberdade’ Paulo Autran começa dizendo ‘Sempre fui e sempre serei um homem de teatro’. Eu sou e sempre serei uma juíza do trabalho.” Que é o que eu acho bom. Ser juiz do trabalho é muito bom. Curioso: meus três filhos fizeram Direito, sendo que o do meio é juiz do estado, e os dois das pontas são advogados. E ninguém da área do trabalho. Nisso, acho que me homenagearam.

A.G. – É... [riso]

D.N. – Ah, com certeza. Não tenho nada contra, não quero torcer a vocação de ninguém. Mas você ter um advogado filho, marido, mulher de juiz, é um constrangimento. Meus filhos lá na praia deles...

E.P. – Acho que a gente não pode terminar essa entrevista sem ouvi-la falar sobre a experiência de associativismo.

D.N. – Ah *tá*. Experiência de associativismo...

A.G. – Você já mencionou inclusive.

E.P. – Eu pensei também um pouco na experiência do magistério, não sei se vamos ter tempo para isso, mas eu acho que...

D.N. – Magistério...

E.P. – Se você pudesse também avaliar um pouco o peso que essa experiência do associativismo tem em termos da construção dessa liderança que acabou levando você à presidência do Tribunal. Você vê alguma relação? Você acha que essa liderança se constituiu mais [inaudível]?

D.N. – Eu fico encantada com a nova mensagem de ego, mas eu fui levada à presidência do Tribunal porque estava na minha vez, era a minha antiguidade.

Enfim, vamos lá. A experiência associativista.

A.G. – O associativismo. Exatamente. Para quem inclusive teve militância estudantil, não é?

D.N. – Eu, basicamente, fui diretora cultural... tem aquelas coisas... um cargo de presidência, eu jamais quis ser presidente de Amatra. Eu fui diretora cultural em alguns mandatos, gostava muito, mas era um cargo mais com a minha cara. Eu gostava disso. Fui diretora cultural da Amatra, depois fui secretária geral da Anamatra, depois fui vice-presidente da AMB, depois fui secretaria geral da FLAM, Federação Latino – Americana de Magistrados. De verdade, hoje, olhando para trás... Dá para desligar isso?

A.G. – Dá, vamos fazer um *stop*. Quer que faça um *stop*?

D.N. – Não, pode deixar. Eu só...

A.G. – Agora tudo que você disser que não quiser que entre, não entrará.

D.N. – Eu não gosto das coisas como estão na Anamatra em que Montesso, Hugo, Grijalbo ficam trocando de lugar, e fundando associações que modo essa Latino – Americana de Magistrados do Trabalho. Acho esquisito. O Hugo está na Anamatra há muito tempo, Grijalbo Anamatra há muito tempo. Eu não fiz isso, eu fui mudando de associação. Mas hoje, eu me pergunto se eu voltaria a fazer isso. Porque acho que tem pouca renovação, acho que tem muita vinculação... há uma coisa individualista. Não está me agradando este projeto de Anamatra. Há muito tempo não voto nesse pessoal. Acho que teria sido *ótimo* se eles tivessem perdido a Anamatra agora. Teria feito um bem enorme, porque ia mudar um pouco. Acho que está muito...

E.P. – É o mesmo grupo...

A.G. – É o mesmo grupo sempre permanecendo, não é.

D.N. – É o mesmo grupo.

E.P. – Agora é um rapaz aqui do Rio, não é?

D.N. – É um rapaz do rio, o Montesso. Cláudio Montesso. Enfim, mas foram experiências muito boas, mas muito. Na Anamatra... puxa, era um tempo tão diferente! As pessoas... tudo mudava. O meu presidente é o atual presidente do Tribunal de Minas Gerais. Era um tempo mais cordial, não havia essas disputas tão grandes. Menos trabalho, menos divulgação, menos jornalzinho, menos papel *couchet*, sabe? Enfim, eram outros tempos. Na AMB, eu fui vice na gestão Galotti, que foi uma gestão muito importante porque o Pertence era presidente do Supremo. Então era um tempo um tempo muito rico para a magistratura porque Pertence favorecia isso. Pertence era uma pessoa com ideias novas, era uma pessoa chegada, e tinha uma experiência de ter trabalhado no escritório de Victor Nunes Leal – eles eram sócios de escritório –, e Pertence era uma pessoa de uma cabeça... Pertence foi vice-presidente de UNE também, na gestão do Batistinha, que é diretor da Cândido Mendes. E é cunhado do Medina.

A.G. – Olha só.

D.N. – Engraçado, não é? O mundo é pequeno. Mas enfim, foi um tempo...

A.G. – Isso que você está falando foi mais ou menos quando? Desculpe essa pergunta que é sempre ingrata...

D.N. – Não, eu devia ter apanhado meu currículo para saber..

A.G. – Não, não, mais ou menos.

D.N. – Não tenho ideia, não tenho ideia. Em noventa e...

A.G. – Você já estava no Tribunal?

D.N. – É exatamente isso que eu estou tentando lembrar.

A.G. – Então pronto, se você já...

D.N. – Não, estou tentando lembrar.

A.G. – Ah, está tentando lembrar?

D.N. – Mas acho que sim. Já estava no Tribunal. Em 1990, na AMB já.

A.G. – Início dos anos 1990.

D.N. – Na Anamatra acho que não, na AMB acho que sim.

A.G. – Essa experiência sua de associativismo, pensando a relação entre... está ligada a esse tipo de associações e interesses profissionais. Você efetivamente acha que as associações são um bom lugar para que determinados interesses profissionais e interesses mais amplos, políticos...

E.P. – A sensação que a gente tem de algumas entrevistas é que a relação entre as associações e os tribunais não era tão tranquila, não é?

D.N. – Eu sei, eu li o texto. As relações com os Tribunais não são intranquilas também, eu acho que não. Eu não sei. Da minha participação no movimento associativista, não havia, quando eu era diretora cultural, Escola da Magistratura. Então realmente era a associação que promovia as atividades ditas culturais.

A.G. – Que socializavam os novos juízes.

D.N. – Exatamente, que socializavam os novos juízes. Perfeito! Depois, eu acho que o movimento associativista me deu uma outra coisa fantástica, que foi o seguinte. Quando fizeram o diagnóstico da magistratura, dele participaram os quatro do Iuperj, Miranda Rosa, Tiago Ribas, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Luiz Felipe Salomão e Maria Raimunda Sergio Feltrim pela Justiça Federal, e eu pela Justiça do Trabalho. Então, era um tempo muito rico. Isso foi uma experiência inacreditável. Porque nós tínhamos reuniões semanais, se eu não muito me engano toda quarta-feira. Todas as manhãs de quarta-feira, com certeza eu já estava no Tribunal. Todas as manhãs de quarta-feira...

A.G. – O grupo se reunia.

D.N. – ... o grupo se reunia.

A.G. – Com o pessoal do Iuperj.

D.N. – Com o pessoal do Iuperj. Elaborar... Primeiro o tempo de elaboração do questionário. Porque havia uma visão de pesquisador, sociológica, e havia uma visão de adequar aquilo à realidade da magistratura. Um tempo muito bom. Muito, muito. Assim, amizades para sempre. Tanto que nós nos encontramos, todos esses... todos não, Maria Raimunda não, Sergio Feltrim não; mas Tiago, Miranda Rosa, Luiz Fernando, eu, e os quatro do Iuperj, nos encontramos aqui na minha casa, porque Miranda Rosa não enxerga mais quase. Quase não, ele não enxerga mais, e ele mora aqui do lado. Então a gente se encontra na minha casa, uma

vez por semestre, pelo menos. Até está na hora de fazer uma reunião dessas. Eles reclamam “Doris, está na hora!” Então, foi um tempo de criação de laços inesquecíveis, de uma atividade que a gente achou muito importante.

A.G. – Uma coisa também que eu acho que o associativismo deve dar, é um contato, maior pelo menos, com gente em todo esse país, não é? Porque você vai para a Anamatra, para a AMB... Você encontra magistrado do trabalho em tudo quanto é lugar.

D.N. – Então tem isso. Eu conheci magistrados do país inteiro. Conheci e conheço. Agora, depois de eleita presidente, voltei às reuniões do colégio de presidentes, que eu já frequentava quando eu era corregedora, e dá para conhecer um bocado de gente.

A.G. – É bom isso.

D.N. – Muito, muito.

A.G. – Acho que alarga as experiências, a troca.

D.N. – Você sabe que isso... Eu sou conselheira da Escola Nacional de Magistratura do Trabalho, não é? É uma experiência complicada. Porque a possibilidade de fazer algumas palestras convidando gente que os Tribunais Regionais não teriam cacife, ou pelo menos pouquíssimos Tribunais teriam cacife para convidar: Ângela de Castro Gomes...

A.G. – Ah, imagine...

D.N. – Não, mas é verdade! Os juízes do país inteiro ouvem você e é uma coisa importante. Por esse aspecto é muito bom. Por outro, não é adequado que você comece sua carreira lá no alto, vendo o que se passa lá no cume da montanha. Vai subindo devagarzinho que você chega lá. Então todas essas experiências, que me levaram aos planaltos, em todos os sentidos, são experiências que eu acho que eu construí aos poucos. E acho, que é pelo menos discutível, que seja feito isso com os juízes novos antes que eles conheçam a realidade das suas próprias regiões.

A.G. – Doris, a gente conversou sobre a questão do associativismo que é uma experiência que exige engajamento da pessoa, interesse minimamente em negociações políticas, e tal. E eu fiquei pensando o seguinte: você é uma pessoa que viveu em um tempo onde os estudantes faziam política quase que... não tinha muito às vezes como não fazer, porque quem não fazia era contra quem fazia e portanto fazia também, pela contra face, não é?

D.N. – A omissão era o não fazer.

A.G. – E havia um certo tipo de ensino jurídico, uma certa politização da vida nas universidades muito grande. Você é uma professora. Eu vejo isso. Você tem interesse pelas Escolas de Magistratura, você inúmeras vezes na entrevista mencionou, você falando...

D.N. – Fui diretora da Escola aqui do Rio.

A.G. – Pois é, aqui. E você falando com os juízes e tal. Eu fiquei pensando: em termos de perfil dos juízes, você vê diferenças, ou não, em relação ao perfil dos colegas que foram juízes com você, com os quais você teve, ou experiências mais diretas ou mesmo não? Você...

D.N. – Vivemos outros tempos, não é?

A.G. – É.

D.N. – Sem dúvida vivemos outros tempos. Por um lado, eu acho que quando eu tomei posse, nós éramos mais ou menos iguais. Os juízes se comportavam da mesma maneira. Podia ter uns que se aprofundavam mais no estudo, outros menos. Mas nós todos fazíamos audiência de segunda a sexta, ou pelo menos de segunda a quinta. Nós todos trabalhávamos sem um grande pacote de atraso, de sentença. As secretarias funcionavam, mais ou menos, harmonicamente umas com as outras. Hoje nós temos mais ou menos uns 80 Códigos de Processo do Trabalho em vigor. Cada juiz imprime, na sua vara, o seu estilo. O que às vezes é bom, outras vezes é discutível. A harmonia, no serviço da vara, por exemplo, não existe.

Hoje, na reunião com os advogados... Em Minas, há um sistema, por exemplo, em que os autos ficam nas varas. É um sistema uniforme. Aqui cada vara arruma os autos da sua maneira. E aí quando um funcionário é removido de uma vara para outra, ele guarda os autos da maneira...

A.G. – Que ele conhece.

D.N. –... que ele estava acostumado, e dá um desacerto danado. Hoje tem uma coisa que os juízes fazem, chamada audiência una ou audiência partida. O TST, no formulário que ele manda para avaliação do serviço das varas, tem um quadrinho lá que pergunta se o juiz faz audiência una ou partida. Você imagina isso no processo civil, em que o juiz do Tribunal de Justiça escolha como é que é a audiência dele. O Código de Processo diz como é que é a audiência. Você pensa isso na Justiça Federal. Você pensa isso em nível nacional. Olha, aquela história “Como é diferente o amor em Portugal”, como é diferente a audiência na Justiça do Trabalho feita aqui, feita no Rio Grande do Sul, feita em Minas, feita em Manaus. É completamente diferente. E é diferente assim: os juízes resolvem quantos dias na semana vão fazer audiência, os juízes resolvem... é muito diferente, muito. É lógico que nós temos os excelentes juízes, temos outros, que a meu juízo, poderiam se esforçar um pouco mais. Enfim, temos de tudo.

E.P. – Houve um processo de maior autonomia, e aí com isso essa diversificação toda, você acha?

D.N. – É verdade. Definiu bem, Elina. Definiu bem. Foi se estabelecendo que o juiz era... Porque antes, de verdade, nós não tínhamos instruções, mas não passava pela cabeça de ninguém não ir à vara de segunda a sexta-feira. Quer dizer, não sei, de alguma forma, em algum ponto da estrada, essas coisas foram se perdendo. Há um esforço, no momento, de recompor isso. Eu hoje...

A.G. – O crescimento, não é. Deve também ter...

D.N. – Você sabe aquela história “Não se fazem princesas como antigamente?” Não se fazem princesas, não se fazem bombeiros hidráulicos, não se faz uma porção de coisas como antigamente. Hoje, conversando com os advogados – o corregedor convocou uma reunião com os advogados, e eles fizeram uma pauta de reivindicações, algumas com razão outras não, mas enfim, não vem ao caso –, eu disse para eles o seguinte, que na gestão da Cossermelli, ela tinha se notabilizado por botar para fora todos os nossos requisitados. Os nossos funcionários requisitados era assim: funcionário que iria trabalhar no Tribunal, normalmente por indicação de um parlamentar, ou mesmo de algum juiz. Então era só ter um prefeito amigo, que dizia: “Fulano é funcionário da minha Prefeitura, requisita.”. Ele vinha e não era nem funcionário da Prefeitura, e aquilo tudo trabalhava no Tribunal. Por um lado, lógico, você preenchia as tuas necessidades pessoais, por outro era imoral a mais não poder. Ana Maria chegou e botou esse povo todo para fora. Valorizou os nossos funcionários. Foi uma coisa muito importante. Depois foi sucedida pelo Nelson, que colocou o Tribunal em pé de novo depois do incêndio. Depois veio Ivan, que, pela parceria com a Fundação Getulio Vargas, dotou a administração do Tribunal de uma gestão mais moderna etc. Eu gostaria muito de ficar marcada por uma jurisdição mais eficiente, por uma jurisdição prestada com mais eficiência, um atendimento melhor da nossa clientela. Mas isso depende de uma porção de coisas, isso é um projeto mental que eu vou tentar implementar e vamos ver como é que dá.

A.G. – Está certo. Elina, eu acho que a gente está em um bom momento para encerrar então com o projeto.

E.P. – Deixa só eu dar uma palavrinha final. O que é que você acha? O que é que a gente está vivendo em termos dos direitos do trabalho? Em um período de algumas ameaças, um período um pouco mais tranquilo depois da Reforma do Judiciário... Muito brevemente, porque você já deve estar cansada, só uma palavrinha...

D.N. – Nós vivemos *brutti tempi*. Não é um fenômeno nacional, é um lugar comum dizer que isso é um fenômeno internacional. E é uma briga muito desigual. Quem tem poder está interessado em ver prevalecer um modelo que simplifica as formas de exploração.

A.G. – E penaliza qualquer tipo de direito, como se ele fosse responsável.

D.N. – Como você cuidar disso? Eu tenho um projeto... Eu digo que mesmo que passe os 75 anos, meu último dia de gestão vai coincidir com meu fim de Tribunal. E eu tinha muita vontade de descobrir uma ONG que cuidasse de profissionalização. Na verdade, você fica pensando no dinheiro que Senai, Senac arrecadam. Eu não sei se vocês têm experiência de ter tentado matricular uma criança ou um adolescente em Senai...

A.G. – Eu tive há muito tempo atrás...

D.N. – Bem-sucedida?

A.G. – Não, malsucedida.

D.N. – Pois é, exatamente. Eles têm uma nota preta. Quando você fala de Custo - Brasil, por exemplo, nunca se considera que eles recebem um dinheiro do Custo - Brasil. Quer dizer, isso aí não tem importância.

A.G. – Aliás, eu acho que um exemplo, vamos dizer, talvez paradigmático daquele dito de que “Uma mentira repetida muitas vezes, acaba se tornando verdade.”, é essa questão de que...

D.N. – Do “Custo - Brasil”.

A.G. – Do “Custo - Brasil”. De que a responsabilidade... Quer dizer, não... É a legislação que faz com que haja desemprego, com que haja... enfim, com que haja quase tudo de ruim.

D.N. – Eu preciso fazer o meu discurso de agradecer a vocês. Porque eu fico convencida de que nós trabalhamos tanto, e que não são utilizados os métodos que poderiam reduzir nosso trabalho, e todos os métodos que são utilizados para reduzir nosso trabalho são utilizados para prejudicar mais os trabalhadores, que a gente não tem tempo de sentar e escrever um artigo, escrever alguma coisa. Então, saber que vocês estão cuidando disso é uma alegria

enorme. Não, é verdade. A gente não tem tempo. É uma coisa. Cada vez que você lê um troço desse, “Vou mandar uma carta para o jornal.”, “Vou dizer não sei o quê.”, e aí...

A.G. – Mas você esteja certa também de uma coisa: o que é dito depende muito de quem está dizendo, e de onde está falando. Então, a gente pode fazer a parte da gente, mas é diferente, é diferente. Eu estou querendo falar isso mesmo no sentido forte. Porque eu também me sinto, às vezes, até cansada. De repetir para os alunos, para os colegas. E é um pouco... Quer dizer, a gente tem um certo argumento. A gente pode até dizer que tem uma certa autoridade, porque estuda, trabalha na área. Mas eu acho que quando vem um magistrado do trabalho, sobretudo um desembargador, viu “baronesa”... [risos] é outra coisa.

D.N. – É verdade.

A.G. – Porque é quem está ali com mão na massa, há...

D.N. – Se eu disser para vocês... Eu vou para o Tribunal, chego lá oito e meia, nove horas. Vim para casa hoje mais cedo porque...

A.G. – Para trabalhar com a gente. [riso]

D.N. – Para trabalhar, pois é. Mas amanhã tem um jantar da Firjan para Sérgio Cabral. Eu tenho que ir, não posso não ir. Quarta-feira tem um jantar da Escola Nacional da Magistratura Luiz Felipe Salomão, para os magistrados, ministros e desembargadores que estarão aqui para a rede de escolas judiciais, um seminário de redes de escolas judiciais. Na quinta-feira, Sérgio Cabral faz um jantar, no Palácio, para não sei o quê. E aí...

E.P. – Tem essa atividade de representação.

D.N. – Tem que ir, você tem que ir.

A.G. – É. Porque tem essa atividade de representação.

E.P. – **[inaudível]** no Tribunal você não respirar, não é. Deve ser uma demanda permanente.

D.N. – Não, mas no Tribunal não dá para imaginar. Eu queria que vocês um dia ficassem lá só esperando ver o que é que acontece, porque é o dia inteiro. Hoje eu recebi sei lá quantos colegas, mais o jurídico do Banco central, mais os advogados de Rio das Ostras, mais...Olha, é o dia inteiro! Mais essa reunião com os advogados no final da tarde. Quer dizer, sentar para fazer as coisas que eu tenho que fazer, não tem condição.

A.C. – Pois então, dito isso, nós vamos concluir... [risos]

E.P. – Agradecemos demais...

A.C. – Porque já ultrapassou demais o seu tempo, nós já estamos falando há mais duas horas...

D.N. – Nossa senhora!

A.C. – Foi um prazer enorme, sua entrevista foi maravilhosa.

D.N. – O prazer foi meu, o prazer foi meu.

A.C. – A gente quer realmente registrar aqui nosso agradecimento...

D.N. – Eu é que agradeço. Eu só quero dizer uma coisa. Minha experiência de magistério é grande...

E.P. – Pois é, eu sei. Porque ela foi colega de Charles.

D.N. – ...porque eu dei aula na Cândido Mendes durante uns cinco anos. Adoro dar aula. Massagem de ego mesmo é paraninfo. A paraninfa é uma glória, não é?

E.P. – Eu acho isso uma das maiores glórias.

D.N. – Esta coisa... Isto é massagem de ego! Mas eu gosto muito, muito de dar aula. Gosto muito de conversar com os juízes novos. Com os juízes mais antigos eu não gosto muito.

A.C. – Isso eu sou testemunha.

E.P. – [riso] Com os mais antigos não.

A.C. – É verdade. Então, Doris, mais uma vez muito obrigada, muito obrigada.

D.N. – Eu é que agradeço.

[FINAL DO DEPOIMENTO]